



DESIGUALDADES SOCIAIS: UMA QUESTÃO POLITICA

I - MOMENTO INÉDITO DA SITUAÇÃO MUNDIAL

Por mais distraídos que andemos, não podemos deixar de ter a consciência de que vivemos um momento inédito da história. Ser contemporâneo desse momento, estudar-lhe o significado e perceber-lhe as consequências, e o desafio que a história nos lança. E o imperativo a que a Fé nos convida.

O que vou dizer esta manhã - ainda que algumas vezes marcado pela perplexidade e pela impotência - pretende tentar captar esse caracter inédito na reflexão que me cabe fazer sobre as desigualdades sociais a luz da Doutrina Social da Igreja. Doutrina que não é um corpo teórico acabado, mas que todos nós, tornados pelo Baptismo em "locus theologicus", ajudamos a elaborar, a afinar, a exprimir-se.

Nem toda a gente tem sentido este pulsar do coração da história. No momento em que se deu o colapso do mundo comunista, foram numerosas as referências ingenuas ao "fim da história". E cristãos há que relativizam o momento presente e não hesitam em dizer que em todas as épocas houve transformações...

Esquecem que ser cristão é incarnar, e habitar um tempo e um lugar na história e contribuir a partir desse lugar, para a realização do Mistério da Redenção. Porque - é essa a nossa Fé - o nosso tempo e a trama da nossa eternidade.

O momento que vivemos é inédito nas novas condições políticas criadas.

O mundo vivera desde a II Guerra Mundial no equilíbrio de forças que resultava da ameaça nuclear entre dois blocos militarmente poderosos. Ao desmoronar-se um dos blocos, ao terminar o perigo de confronto armado, entre as duas super-potências militares, pouco tempo foi necessário para mostrar que o mundo inteiro ficou sujeito a um único poder.

A guerra do Golfo mostrou a hegemonia dos EUA no plano político-militar. A Europa, apesar dos esforços de última hora da França e da reticência da Alemanha, não foi capaz de tomar uma posição política autónoma. Os outros países, utilizado o mecanismo das Nações Unidas como legitimador da posição americana, não tiveram outra solução senão seguir, na esmagadora maioria, o mesmo caminho.

Neste novo equilíbrio, vê-se emergir com nitidez um único centro de poder. a participação de alguns países e a marginalização da imensa maioria dos países na tomada de decisão.



A essa marginalização opõe-se a consciência crescente de uma nova interdependência global:

- na economia e nas questões-chave do comércio mundial e do sistema financeiro;
- nos grandes problemas populacionais e migratórios;
- na urgência de diversificação das fontes de energia;
- na diversidade e no equilíbrio ecológicos;
- na evolução da ciência e tecnologia;

A interdependência leva a repensar as próprias categorias da soberania nacional e a assegurar-lhe novos contornos.

Conduz, como temos ouvido nas últimas semanas, à noção de um novo direito internacional: o direito de ingerência nos assuntos internos de um Estado quando estão em causa as exigências morais da assistência humanitária.

Essa interdependência afecta todos os aspectos da actividade humana e da organização social.

Requer, por isso, "novos instrumentos", nova liderança e uma nova definição da inter-relação entre as realidades nacionais e globais. Nenhuma realidade nacional pode ser avaliada fora dessa inter-relação com a realidade global.

A par da crescente interdependência começa a desenhar-se uma ideologia planetária.

Vemo-la emergir em Novembro 89 quando, no quadro da CEE, se consolidam as referências da condicionalidade política, isto é, o conjunto de condições postas aos países de Leste para uma ajuda financeira:

- o respeito dos direitos humanos;
- o regime multipartidário;
- as eleições livres;
- o Estado de direito;
- a economia de mercado.

De condicionalidade concreta rapidamente se passou ao estado de ideologia: a ideologia da economia de mercado.

E espantoso verificar nos povos de Leste a mesma confiança cega no mercado que em outras décadas haviam posto na planificação central. Mais: a mudança de regime em países fora da Europa tem mais a ver com o acesso ao mercado do que com um processo interno de transformação dos vectores políticos.

Já desde os anos 80 no quadro da OCDE (que agrupa todos os países industrializados do hemisfério Norte) se decidira e aconselhara a reforma estrutural das economias. Mas ao tornar a chamada "desregulamentação do Estado" a pedra de toque da reforma estrutural a nova ideologia desvenda o seu último objectivo:



permitir que funcionem sem qualquer norma o que os relatórios chamam: "as condições naturais do mercado".

A ideologia planetária vai acentuar de forma drástica as desigualdades entre os povos.

Assim, os EUA continuarão a ser o país com a maior dívida do mundo e a financiarem muitos dos seus empreendimentos com os capitais dos países do Hemisfério Sul que continuam a absorver!

Ao mesmo tempo, continuarão a ser determinados pelos países com mais força no mercado:

- os preços dos produtos dos países do hemisfério sul;
- as taxas de juro e as condições para os empréstimos oficiais e comerciais;
- as normas de comportamento para os investidores estrangeiros;
- as condições da ajuda exterior.

É o reforço da marginalização: povos inteiros vêm-se submetidos a uma participação passiva pelo desequilíbrio criado no mundo; são parte do puzzle da desordem internacional organizada.

Esta situação não é inevitável. Pelo contrário. Será possível - porque é indispensável - inventar os mecanismos reguladores e distributivos que compensem a dureza e a cegueira do mercado.

Se as estruturas internacionais e os peritos que procuram a passagem das economias de planificação para a economia de mercado não conseguiram até agora resultados positivos, é porque nos faltam, mesmo no mundo ocidental, instrumentos de pilotagem adequados.

Na actual euforia com a economia de mercado, mesmo alguns dos mais justos assumem como inevitável a condução da economia mundial pelo triângulo EUA/Japão/CEE mais Europa alargada. Ao discutirmos as condições do funcionamento dos bancos centrais, um europeu assumia como evidente a marginalização da Ásia e da América Latina e o total desaparecimento do continente africano enquanto entidade económica!!

Paradoxo imenso este: o mundo ocidental põe como condições de uma ordem democrática interna engrenagens e mecanismos económicos que, a nível externo, vão tornar cada vez mais remota uma ordem internacional democrática e justa!

Porque é moralmente insustentável permanecer na situação actual e porque velhas e novas democracias têm de encontrar caminhos de viabilização económica, não podemos considerar o momento em que vivemos senão como um processo mundial de transição.

E nesse contexto se vê como é inconsistente a "nova ordem mundial" que o Presidente Bush considerava instaurada com a vitória da guerra do Golfo!



II - As desigualdades sociais, caminho para a exclusão

As desigualdades sociais em cada sociedade concreta resultam de mecanismos semelhantes aos que vemos em acção no plano mundial:

- hegemonia do poder de minorias;
- infiltração da ideologia que não diz o nome;
- cegueira dos mecanismos de mercado;
- interdependência conduzindo a dependência, à marginalização e à exclusão.

Do mesmo modo que são violados os direitos dos povos à sua sobrevivência e a decidir do seu destino, são também violados em cada sociedade os direitos fundamentais dos homens.

Ao enunciar perante a AG da ONU, em 2 de Outubro de 79, os direitos do homem, João Paulo II estabelece o quadro que permite olhar e ver as desigualdades à nossa volta:

"Num movimento que não se pode deixar de desejar como progressivo e contínuo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e os seus instrumentos jurídicos procuram criar uma consciência geral da dignidade do homem, e definir pelo menos alguns dos direitos inalienáveis do ser humano."

E o Papa enumera:

- O direito à vida, à liberdade, à segurança da pessoa;
- o direito à alimentação, ao vestuário, à habitação, à saúde, ao repouso e aos tempos livres;
- o direito à liberdade de expressão, à educação e à cultura;
- o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e o direito de manifestar a própria religião, individualmente ou em comum, tanto em privado como em público;
- o direito de escolher o seu estado de vida, de fundar uma família e de gozar de todas as condições necessárias à vida familiar;
- o direito à propriedade e ao trabalho, às condições equitáveis de trabalho e a um justo salário;
- o direito de reunião e de associação, o direito à liberdade de movimento e à migração interna e externa;
- o direito à nacionalidade e à residência;
- o direito à participação política e o direito de participar na livre escolha do sistema político do povo a que se pertence

A explicitar ainda mais o seu pensamento, disse a seguir:

"O conjunto dos direitos do homem corresponde à substância da dignidade do ser humano, compreendido na sua integralidade, e não reduzido a uma única dimensão; refere-se à satisfação das necessidades básicas do homem, ao exercício das suas liberdades, às suas relações com as outras pessoas; refere-se sempre e em todas as circunstâncias ao homem, à sua plena dimensão humana".

Estas afirmações do Papa são de extraordinária importância:

- concretizam a liberdade e alargam, aprofundando-as as condições



de liberdade:

- ultrapassam uma vez por todas as dicotomias entre direitos de realização imediata e direitos a longo prazo;
- mostram com os direitos se cruzam, se interpenetram e mutuamente se fortalecem e determinam.

(Apenas uma nota para lembrar que a Constituição da República Portuguesa segue uma orientação semelhante, ao conferir aos direitos sociais, económicos e culturais idêntica dignidade jurídica à dos direitos civis e políticos.

- o que da (daria...) aos cristãos portugueses uma dupla legitimidade na sua defesa dos direitos universais da pessoa humana...)

As desigualdades sociais são o resultado da discriminação perante estas série de direitos, feita a indivíduos e grupos no seio de uma sociedade dada.

É a discriminação, aceite ou impune, que separa, divide os homens e gera uma sociedade baseada na injustiça institucionalizada.

Discriminação social e económica a traduzir-se em factos bem conhecidos:

- a exclusão social dos pobres, o seu confinamento em ghettos e a sua impotência face a um sistema que os ignora;
- a exploração do trabalho das crianças, e a total ineficácia dos poderes públicos em tornar realidades direitos verbalmente reconhecidos;
- a degradação progressiva das condições de habitação que tornam inoperante qualquer discurso sobre a família.

Discriminação no plano da informação, da educação e da cultura:

- uma sociedade dividida entre os que vivem do "saber e dos seus apanágios e privilégios" e os que não têm qualquer possibilidade de acesso a um conhecimento que lhes garanta o trabalho gratificante;
- uma sociedade em que o poder de certos meios da comunicação social alimenta uma cultura do conformismo, acritica e violadora da capacidade de cada um construir a sua própria opinião.

Discriminação no plano cívico e político :

- o clientelismo político sem qualquer critério de competência face a todos os que anonimamente dão a sua competência e poderiam ajudar a resolver os problemas;
- uma minoria de hostes partidárias, em muitos casos servindo interesses pessoais, face a todos os que são actores políticos capazes de intervir nos seus domínios próprios;

Discriminação a acentuar-se entre grupos sociais:

- entre homens e mulheres, com estas carregando uma dupla tarefa, auferindo menores salários, marcadas de rejeição pela forma diferente como actuam na sociedade;
- entre população activa e reformados, relegados para uma sub-

cidadania, com mais de 35 a sobreviverem abaixo do nível mínimo de pobreza;

- entre a população do litoral e a população do interior;
- entre os ghettos da riqueza e as minorias étnicas em situação de isolamento e exclusão.

Quer se trate das mulheres, dos reformados, dos pobres, a discriminação tem um efeito secundário de alta perversidade: torna invisível.

A sociedade fugindo à culpabilização perfere não ver.

Aplicam-se-lhe as palavras de Isaias: (Is 29,11-12)

"Toda a visão tornou-se para vós como as palavras de um livro selado. Dá-se o livro a alguém que sabe ler dizendo-lhe: "Le". E ele responde: "Não posso porque o livro está selado". Ou então dá-se o livro a alguém que não sabe ler dizendo-lhe: "Le". E ele responde: "Não sei ler". Porque Yahvé derramou sobre vós um espírito de torpor, fechou os vossos olhos de profetas, cobriu com o véu as vossas cabeças de videntes".

A discriminação não é apenas resultado da violação objectiva de direitos e da cegueira da sociedade. Vem-lhe associado um processo pessoal em que a noção de honra, de valor, de ser alguém desencadeia uma engrenagem de verdadeira desqualificação social.

A precaridade da situação de discriminação vem acrescentar-se uma fragilidade interiorizada.

Esse processo subjectivo acentua a humilhação; cria a dependência; impede a iniciativa; cerceia todos os direitos de participação; conduz à marginalização e à auto-exclusão. Sentimentos dos mais contraditórios vão exprimir essa queda livre do eu.

Face aos serviços organizados o pobre, o desempregado, (para me situar nas situações-limites) começa a considerar a sua situação pessoal como aviltante, sente-se ridículo, tem vergonha, isola-se, fica moral e materialmente paralisado.

Vê-se então ao espelho dos que estão à sua volta. E ainda que tenha de início o sentido de ter direitos, começa a sentir que faz parte desse grupo de gente já marginalizada, no extremo do plano inclinado da ausência de auto-estima. Reage, revolta-se, não quer ser como esses outros, mas é a imagem que vai introjectar. No limite a "pulsação de morte" condu-lo a negar-se o direito de ser, de se afirmar.

Por isso, o poder reivindicativo daqueles que a sociedade marginaliza é quase totalmente inexistente. Mais: comum a todas as discriminações é a tentativa desesperada do universo psíquico de cada um de fazer recair o estigma da sua situação sobre aquele que fantasmaticamente se lhe opõe. As desigualdades sociais são assim



geradoras de grupos estruturalmente divididos contra si próprios onde o laço social se desfêz .

(Imagens dos Kurdos iraquianos nas montanhas: carentes de tudo lutam entre si para conseguirem alimentos, saudam como salvadores os soldados americanos - imagem patética e terrível de todos os excluídos da sociedade.)

III - Uma sociedade justa: da exclusão à integração

Uma sociedade que exclui, pelas desigualdades sociais, alguns ou muitos dos seus membros, não é só uma sociedade injusta. É uma sociedade que, nas suas raízes mais profundas, não é inspirada pelo Evangelho.

(Porque a sociedade dos homens , é de um modo que não conhecemos, a matéria que será transformada no Reino de Deus).

Entendamo-nos bem:

uma sociedade justa, capaz de vencer as desigualdades sociais, não é uma sociedade do puro equalitarismo, ou uniformidade dos bens, da criação dos saberes.

É sim uma sociedade em cujo seio ninguém é exposto aos processos de decomposição da auto-estima, ou de reacção pela violência.

É uma sociedade em que a auto-exclusão não resulta da exclusão indiferente de muitos em relação a alguns.

Fundação Cuidar o Futuro

Os bispos americanos não hesitam em dizer os fundamentos de uma sociedade justa. Assenta em três pilares:

- é uma sociedade que exige "uma equidade de base em todas as trocas e em todos os contactos entre indivíduos e grupos";
- é uma sociedade em que " a repartição do rendimento, da riqueza e do poder deve ser avaliada em função dos seus efeitos sobre as pessoas cujas necessidades básicas não estão satisfeitas";
- é uma sociedade em que as "as pessoas tem a obrigação de ser participantes activos e produtivos na vida da sociedade e em que a sociedade tem o dever de lhes permitir participarem dessa maneira".

Uma tal sociedade vive de um dinamismo próprio: o que lhe é conferido pelo "dever de todos os que podem fazer de ajudarem a criar os bens, os serviços, o saber, a informação e outros valores não materiais ou espirituais necessários ao bem-estar de toda a comunidade".

É neste sentido que já Pio XI dizia que "a justiça exige de cada ser humano tudo o que é necessário para o bem comum". Ou, em outros termos, não somos só fruto da sociedade mas produzimos a sociedade, num trabalho constante em nos mesmos, com os outros, sobre e dentro das instituições.

A tradição da Igreja tem-nos legado um sentido profundo do "gesto universal dos bens". Os bens que criamos, os que outros homens criam, as coisas materiais e as coisas espirituais, e hoje mais do que nunca os bens insubstituíveis que nos vem da natureza. Se algo de novo ha no nosso tempo é a consciência de uma fundamental mudança dos paradigmas. Ouvimos as palavras bíblicas e pusemo-nos a dominar a terra, a transformá-la, a tirar dela tudo o que nos parecia útil. Mas esse não é o paradigma que nos pode guiar. A natureza revoltou-se, ganhou voz e ameaça o homem com catástrofes naturais e sociais, com a privação da própria beleza. É antes uma convivência harmoniosa com a natureza que a Bíblia nos indica, algo que se aparenta à "intendencia das coisas" para além do sentido da propriedade ou do domínio.

Essa tarefa - confiada ao intendente fiel - equivale hoje ao respeito perante as exigências dos limites:

- limites dos recursos disponíveis na natureza;
- limites das fronteiras do conhecimento e do saber;
- limites da nossa existencia enquanto população deste pequeno planeta;
- limites em nós mesmos, sujeitos à lei inscrita na nossa consciência única e responsável.

Limites que nos remetem a uma solidariedade fundamental : tudo o que possuímos, sabemos, somos é para ser partilhado. Ora partilhar e participar: não é só dar o dinheiro, o saber, comunicar a informação... Do P. Chenu, um dos maiores teólogos do mundo do trabalho, dizia o jornalista aquando da sua morte: "a sua vida escoou-se em participação..."

Fundação Cuidar o Futuro

Não se rompe facilmente o cerco da sociedade bloqueada e já vai longe o tempo em que o poeta dizia da cidade sitiada que "a raiva cresce e a esperança multiplica-se".

Hoje a sociedade bloqueada está presa e subjugada às correntes do individualismo erigido em norma de comportamento. Vencer a exclusão, lutar contra as discriminações, eliminar as desigualdades sociais - tudo isso constitui antes de mais um comportamento, um conjunto de escolhas perante as opções do real.

Descobrir onde somos nós próprios autores e agentes da discriminação e, a partir daí, definir a nossa capacidade de dialogo e intervenção.

Libertar quem está preso na sua desqualificação social das cadeias que o cerceiam. Fazê-lo existir. Passar da sociedade bloqueada a sociedade integrativa, onde vemos cada um dos outros nos olhos, onde tomamos cada pessoa na sua integralidade, onde damos igual importância a funções exteriores da hierarquia social, onde criamos de cada vez novos núcleos de sociedade.

IV. A desigualdade social enquanto questão política
esse
É a nível da participação de cada instante que as desigualdades

sociais interpelam todo o corpo político:

- a sociedade organizada nos seus múltiplos lugares e expressões de decisão;
- os poderes públicos a todos os níveis e a Administração que os secunda.

E-nos difícil hoje, encontrar, no meio do narcisismo dominante, o olhar de empatia que é capaz de fazer renascer a pessoa humana onde esta o excluído, o posto à margem, o sem voz.

Não são já utilizáveis os processos das décadas de 60 ou 70 em que homens e mulheres de boa-vontade queriam genuinamente mudar o mundo. (E por isso mudaram a sua vida). Procuram-se novos caminhos de intervenção colectiva. É perdidos pelo caminho os cansados ou instalados (no no seu prestígio, no seu poder ou no seu dinheiro) vamos cruzar-nos com mil rostos. Em novas estradas, vamos encontrar novas gentes.

É com essas novas linguagens, falar, reunir, mesmo quando só se conhece uma outra língua. (Taizé, milhares de jovens, as várias línguas... tudo se cruza e o sentido nasce.) Inventar, se for necessário novas instituições. Sacudir a poeira dos conceitos e métodos já gastos. Utilizar os conceitos que provocam sinergia - sinos que congregam - elaborar os métodos que transformam o conceito na realidade viva que quer significar.

Para fazer face às desigualdades sociais, é preciso olhar de frente a própria complexidade do real. E deixar de fazer uma leitura simplista dos acontecimentos e das situações.

Aceitar essa complexidade é aceitar outra forma de intervenção social, de participação na sociedade. Porque significa aceitar outro modo de pensar, utilizar novos instrumentos, arriscando-nos numa prática diferente. No limite, descobrir uma nova ética.

Pensar de outra maneira: deixar de lado os esquemas lineares e reconhecer que nas desigualdades, há um feixe de problemas e procurar aí o nó central.

Utilizar instrumentos novos: prescrutar o mundo com utensílios que os novos tempos nos fornecem, dizer como o Padre Cnenu: "o meu instrumento de trabalho é o acontecimento".

Ter uma outra prática: acolher os problemas na sua interacção; compreender com o coração, que também nas desigualdades sociais se joga a imensa complexidade do real e que é preciso um outro saber para a abordar. Caminhar para uma nova ética: a que não se justapõe às situações mas nos interpela no seio de cada desigualdade, de cada discriminação, de cada exclusão.

E assim contribuir para criar um pensamento social a Igreja sempre vivo, sempre ligado às realidades e aos acontecimentos do seu tempo.



Não esta esta complexidade no habito dos politicos. Por isso e possivel pensar em aspectos mais simples para a responsabilidade especifica dos poderes politicos.

Há prioridades face a exclusão trazida pelas desigualdades sociais. A primeira prioridade consiste no persistente respeito pelos direitos do homem. Aos poderes publicos cabe estabelecer o quadro social/economico/juridico que torne normativa a inclusão e a integração de todos no tecido social. A uma constituição que, neste dominio, e quase perfeita tem de corresponder acções corajosas e lúcidas que dêem a defesa dos direitos do homem o lugar que lhes cabe.

Esta acção é tanto mais urgente quanto o esquema de "protecção social" que partilhamos com toda a Europa (e que é uma originalidade do espirito europeu) se encontra face a uma enorme crise. O Estado Providencia carece de fontes de financiamento mas carece sobretudo de justificação na lógica da economia de mercado. Novas formas de reorganização da segurança de cada pessoa face a todos os seus direitos estão ainda por descobrir. Sobretudo, é indispensável que a consciencia de todos os direitos e a sua defesa atravessem, de forma consciente, todas as estruturas educativas, informativas e culturais.

A segunda prioridade consiste no exercicio de uma acção preferencial face a todos os individuos e grupos atingidos pelas desigualdades sociais e ameaçados de exclusão.

Tenho a experiencia de que a maioria dos cristãos nao conseguiu ainda compreender que essa acção preferencial, no plano politico responde a uma exigencia evangelica.

Finalmente a acção politica tem de tornar claro que os pobres - na sua existencia objectiva - "podem reivindicar uma prioridade economica diante da consciencia da nação".

A este respeito nao há qualquer duvida na Doutrina Social da Igreja. Como lembrou a Instrução sobre a liberdade crista e a libertação da Congregação para a Doutrina da Fé, a Opção pelos pobres, que exprimiu ao longo de dois mil anos a fisionomia social da Igreja, e hoje uma exigencia posta a todos os cristãos e reforçada pelas condições do mundo moderno.

A resposta propriamente politica as desigualdades sociais só pode impedir a exclusão se for capaz de aliar a racionalidade da competencia a intensidade da compaixão - o sentir com, o viver como seu o Pathos, a tragedia de quem e excluido. Para o cristão na acção politica ecoa o que Mateus diz de Jesus Cristo:

Ao contemplar a multidão, encheu-se de compaixão por ela, porque estava cansada e abatida.



v - A dinâmica pessoal da Fé face as desigualdades sociais

Uma dinâmica pessoal da Fé face as desigualdades sociais e a exclusão supõe a passagem de uma espiritualidade desencarnada, a-histórica, fora do tempo, para uma espiritualidade que assume inteiramente o hoje de Deus na história dos homens.

É que toda a espiritualidade responde às questões de um tempo dado e não lhes responde senão nos próprios termos dessas questões, porque são aquelas de que vivem e que se dizem os homens em sociedade - os cristãos como os outros. É por isso integrada como preocupação e missão os Direitos dos Homens, as discriminações de que são vítimas, as desigualdades sociais que daí nascem, as exclusões que provocam. É uma espiritualidade que procura a justiça.

Mas sabe ao mesmo tempo que o trabalho que o cristão pode fazer para uma sociedade mais justa não é separável do trabalho que ele faz nele próprio para ser justo. Isaías di-lo de várias maneiras:

"Escutai-me
Vós que procurais a justiça
Vós que procurais Yahvé"

"Escutai-me
Vós que conheceis a justiça
Povo que põe a minha Lei no seu coração."

Procurar Yahvé, pôr a Sua lei no nosso coração, revelar a santidade de Deus - obras de justiça que são o caminho pessoal da nossa própria justiça.

E no encontro desses dois caminhos que está a nossa condição de discípulos de Cristo, que, sem ambiguidades, definiu a sua missão:

"Vim para que tenhais a vida e a tenhais em abundância .
E essa vida - em todas as pessoas, em todas as situações - que nos cabe fazer gerar, nutrir, proteger, acolher."